

COMPORTAMENTO E  
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

LUÍS GUSTAVO  
MELLO GROHMANN  
ORGANIZADOR



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL

Reitor

**Rui Vicente Oppermann**

Vice-Reitora e Pró-Reitora  
de Coordenação Acadêmica

**Jane Fraga Tutikian**

EDITORA DA UFRGS

Diretor

**Alex Niche Teixeira**

Conselho Editorial

**Álvaro Roberto Crespo Merlo**

**Augusto Jaeger Jr.**

**Carlos Pérez Bergmann**

**José Vicente Tavares dos Santos**

**Marcelo Antonio Conterato**

**Marcia Ivana Lima e Silva**

**Maria Stephanou**

**Regina Zilberman**

**Tânia Denise Miskinis Salgado**

**Temístocles Cezar**

**Alex Niche Teixeira**, presidente

## **Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV)**

### **Diretor**

Ricardo Augusto Cassel

### **Vice Diretor**

Glaisson Augusto Guerrero

### **Conselho Superior CEGOV**

Ana Maria Pellini, André Luiz Marengo  
dos Santos, Ario Zimmermann, José  
Henrique Paim Fernandes, José Jorge Ro-  
drigues Branco, José Luis Duarte Ribeiro,  
Paulo Gilberto Fagundes Visentini

### **Conselho Científico CEGOV**

Carlos Schmidt Arturi, Cássio da Silva  
Calvete, Diogo Joel Demarco, Edson Tala-  
mini, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,  
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis  
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares  
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa  
Marx

### **Coordenação Coleção Editorial CEGOV**

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,  
Marco Cepik

# COMPORTAMENTO E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

LUÍS GUSTAVO  
MELLO GROHMANN  
ORGANIZADOR

© dos autores  
1ª edição: 2016

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia**

Revisão: Rodrigo Duque Estrada e Fernando Preusser de Mattos

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Diagramação: Luiza Allgayer, Marina de Moraes Alvarez

Capa: Joana Oliveira de Oliveira

Foto da Capa: Marina de Moraes Alvarez

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Capacidade Estatal e Democracia são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.



C737 Comportamento e instituições políticas [recurso eletrônico] / organizador Luís Gustavo Mello Grohmann. – dados eletrônicos – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2018.

216 p. : il. ; pdf

(CEGOV Capacidade Estatal e Democracia)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Política. 2. Justiça arbitral – Brasil. 3. Reeleição de Prefeitos – Partidos políticos – Disputas municipais – 1996-2012. 4. Partidos de esquerda – Governo Federal. 5. Emendas orçamentárias – Relação Executivo-Legislativo – Brasil. 6. Agências reguladoras – Brasil. 7. Multipartidarismo – Bipolaridades. 8. Políticas públicas. 9. Cultura reativa – Legislativo – Relações externas – Brasil. I. Grohmann, Luís Gustavo Mello. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Centro de Estudos Internacionais sobre Governo. III. Série.

CDU 32

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0437-2

# MULTIPARTIDARISMO E BIPOLARIDADE: UMA RECONSIDERAÇÃO DA TESE DO BIPARTIDARISMO NO RIO GRANDE DO SUL

PAULO PERES

*Doutor em Ciência Política (USP) e Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS). E-mail para contato: peres.ps@gmail.com*

VINICIUS DE LARA RIBAS

*Mestre em Ciência Política (UFRGS) e Doutorando em Ciência Política (UFRGS). E-mail para contato: viniciusdelararibas@gmail.com*

## INTRODUÇÃO

A lógica da disputa entre “maragatos” e “chimangos” de fato deu a tônica dos variados sistemas partidários que se sucederam no Rio Grande do Sul desde a Primeira República? O bipartidarismo prevaleceu como uma excepcionalidade gaúcha no âmbito do pluripartidarismo nacional do período 1945-64? Essa bipolaridade, caso tenha ocorrido, opunha o PTB e uma aliança de forças políticas antipetebistas? Ou, ao contrário do conhecimento convencional estabelecido, o que predominou no estado foi o multipartidarismo? E mais, o retorno à democracia finalmente possibilitou a emergência do multipartidarismo, suplantando a inércia bipolar do estado?

Nosso propósito neste capítulo é encaminhar respostas para tais perguntas derivadas das principais teses a respeito do sistema partidário rio-grandense. Analisamos a literatura especializada na história partidária do estado e consideramos os dados eleitorais por um novo ângulo interpretativo para mostrar que, por um lado, a tese do bipartidarismo em períodos de pluripartidarismo (FAY DE AZEVEDO, 1960; TRINDADE, 1981, 1980, 1975, 1974; TRINDADE; NOLL, 1991; XAUSA; FERRAZ, 1981, 1967; FERRAZ, 1981; NOLL, 1980; CÁNEPA, 2005) não pode ser corroborada, e, por outro, que a tese concorrente de que sempre prevaleceu multipartidarismo (GIUSTI TAVARES, 1997) tampouco pode ser aceita sem maiores ponderações.

Alternativamente, defenderemos que o sistema partidário estadual e seus sistemas partidários municipais são bastante complexos e estão igualmente sujeitos aos efeitos das regras eleitorais como os das outras unidades federativas e o do nível nacional. Mostraremos que, no Rio Grande do Sul, em 1945-64, coexistiram pluripartidarismo moderado nas eleições parlamentares e competição bipolar na disputa para o governo do estado, assim como coexistiram multipartidarismo mais amplo nas eleições para deputados e senadores, e bipolaridade acentuada na competição para o Palácio do Piratini.

## BIPARTIDARISMO VERSUS PLURIPARTIDARISMO NO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul (RS) é um estado de dualidades, geralmente irreconciliáveis, conforme diz a autopercepção mais ou menos generalizada dos gaúchos. No futebol, gremistas e colorados são sempre invocados, normalmente logo no

começo de quase qualquer conversa que se estabeleça com visitantes, para demonstrar essa premissa, digamos, cosmológica. Inclusive, esse entendimento acerca do surgimento, desenvolvimento e disposição estrutural do mundo é ainda mais exemplar no campo da disputa política – historicamente, essa esfera do universo terá se constituído pela luta, algumas vezes sangrenta e fratricida, entre dois polos bem demarcados, simbolicamente retratados pelo épico entrevero de “maragatos versus chimangos”.

Com efeito, igualmente na academia arraigou-se tal perspectiva, tendo como fundamento alguns estudos eleitorais que se tornaram referência na área de pesquisas sobre o sistema partidário rio-grandense. De acordo com as análises mais influentes, na Primeira República radicaram-se clivagens políticas que acabaram sendo transpostas ao quadro partidário não só daquela época como dos períodos vindouros. Em seus anos iniciais, a dinâmica partidária opôs republicanos, de um lado, e federalistas, de outro, delineando-se então um padrão bipolar de competição que, atipicamente, transcendia as bases familiares tão comuns em contextos locais – uma bipolaridade que deu fundamento e motivações para dois violentíssimos conflitos armados, em 1893 e 1923 (CÁNEPA, 2005).

Desse modo, conforme defende quase toda a literatura especializada, à parte um brevíssimo período de unificação dos grupos políticos, entre 1928 e 1930, incentivada pela iniciativa de Getúlio Vargas em favor da comunhão de forças para a defesa dos interesses do RS diante da hegemonia nacional da política café-com-leite (NOLL, 1980) –, o que resultará na criação da Frente única Gaúcha – todo o resto da dinâmica partidária e eleitoral subsequente terá sido dominada pela bipolaridade (FAY DE AZEVEDO, 1960; TRINDADE, 1981, 1980, 1975, 1974; TRINDADE; NOLL, 1991, 2004; XAUSA; FERRAZ, 1981, 1967; FERRAZ, 1981). Já a partir de 1932, dar-se-á o retorno à polarização, em decorrência do posicionamento dos grupos políticos locais em relação às demandas da revolução constitucionalista dos paulistas; em 1937, com a instauração do Estado Novo, um “golpe dentro golpe”, ocorrem divisões no interior dos principais partidos – Partido Republicano Liberal (PRL), Partido Liberal (PL) e o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) (CÁNEPA, 2005). Esse movimento ocasionará uma crise no sistema partidário, mas apenas no que se refere às legendas formais, pois, na prática, não se dissolverá o partidarismo das clivagens e interesses das elites locais (TRINDADE, 1980; TRINDADE; NOLL, 1991, 2004). No que se refere às clivagens políticas, o rearranjo desses atores em torno do governo autoritário de Vargas resultará na conformação da dualidade “governo versus oposição” (CÁNEPA 2005).

A dicotomia partidário-eleitoral restabelecida ganhará maior visibilidade no período democrático de 1946-64, especialmente com as eleições de 1947. Estas, por sua vez, pavimentarão não apenas o bipartidarismo com o predomínio

do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no estado vis-à-vis o conseqüente declínio da frente conservadora, composta pelo Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN) e o PL, tornando inviável, inclusive, a emergência de uma terceira força partidária competitiva (TRINDADE, 1981). Tal padrão perpassará desde as disputas majoritárias principais até as locais, opondo o populismo trabalhista dos petebistas ao conservadorismo liberal dos antipetebistas (TRINDADE; NOLL, 1991). Conseqüentemente, apesar do pluripartidarismo nominal, prevalecerá um bipartidarismo efetivo, ou, como se convencionou chamá-lo, um “bipartidarismo de fato” (TRINDADE, 1981). Isso porque, em virtude do amplo predomínio do PTB, não sobrava qualquer outra alternativa aos demais partidos que aspiravam à conquista dos cargos executivos a não ser a formação de alianças eleitorais, o que levava o PSD rio-grandense a aproximar-se do PL e da UDN, representando uma inusitada quebra no padrão das coligações realizadas alhures (XAUSA; FERRAZ, 1981). Surgirá, assim, uma forma particular de clivagem no Rio Grande do Sul, bem mais rígida do que as observadas em outras partes do país – um comportamento bipartidário opondo o PTB a uma coalizão de partidos anti-PTB, a “única polarização verdadeiramente relevante da vida política do estado [...]” (XAUSA; FERRAZ, 1981, p. 147).

Trata-se, na verdade, de um ponto interessante. O fenômeno descrito por Xausa e Ferraz (1981) remete de maneira tão clara ao chamado efeito psicológico das competições majoritárias de turno único, conforme ressaltado no mecanismo explicativo da conhecida “lei de Duverger”<sup>1</sup>, que é curioso o fato de eles não terem explorado tal aspecto. Se tivessem percebido esse achado, poderiam ter explorado o modo pelo qual a manifestação dos efeitos psicológicos do sistema eleitoral levou as elites políticas à coordenação das suas estratégias, fazendo a competição convergir para um formato bipolar. Mais do que isso, se considerassem a dinâmica do sistema partidário do estado entre 1946 e 1964 pela perspectiva dos efeitos do sistema eleitoral sobre os processos de competição dos partidos, teriam conferido um enquadramento analítico inovador àquelas variáveis, o que lhes permitiria, conseqüentemente, tirar conclusões que contribuiriam de maneira ainda mais ampla aos estudos eleitorais como um todo. Afinal, sua pesquisa não trazia simplesmente achados empíricos específicos sobre o Rio Grande do Sul, mas, acima de tudo, corroboravam proposições teóricas mais gerais a

---

(1) Em seu livro *Les Partis Politiques*, Maurice Duverger (1951) propõe três enunciados sobre os efeitos do sistema eleitoral na configuração do sistema partidário, depois denominados pela literatura de “as leis de Duverger”. São eles: (1) eleições majoritárias de um único turno tendem a formar sistemas bipartidários, com alternância de partidos independentes no poder; (2) eleições majoritárias de dois turnos tendem a formar sistemas multipartidários com partidos dependentes entre si; e (3) no caso das eleições proporcionais, há incentivos para a formação de sistemas multipartidários com partidos independentes entre si. Para maiores detalhes sobre esses enunciados no âmbito da teoria geral dos partidos, de Duverger, conferir Peres (2009).



partir desse caso. Em suma, se às conclusões a que chegaram cabem contestações, em contrapartida, a demonstração da validade dos efeitos mecânicos das regras eleitorais sobre o formato numérico do sistema partidário teria sido notável àquela altura – basta lembrar que, naquele momento em que seu estudo foi publicado, ainda eram raras as análises preocupadas com a validação das “leis” propostas por Duverger (1951).

Na verdade, essa observação já foi feita anteriormente (GIUSTI TAVARES, 1997), mas de um modo tão extremado que acabou não levando em conta que, apesar de não terem percebido que muito do formato do sistema partidário era decorrente das formas de escrutínio, Xausa e Ferraz (1981) levantaram dados empíricos que permitiriam esse tipo de análise, o que, por si só já é, indubitavelmente, uma destacada contribuição. Além disso, podemos acrescentar que no contexto brasileiro daquele período o tipo de coordenação eleitoral, nos termos propostos por Cox (1997), não demandou fusões partidárias, como poder-se-ia deduzir da proposta inicial de Duverger (1951), pois havia uma alternativa menos radical que eram as coligações. Isso significa que aquele ambiente eleitoral se caracterizava por uma complexidade bem maior do que as classificações contabilistas do sistema partidário são capazes de descrever. Afirmar que prevalecia o bipartidarismo, como o faz a literatura consolidada, significa desconsiderar a existência e efetividade de um número maior de legendas; porém, dizer simplesmente que vigorava o pluripartidarismo, como defendido pela análise opositiva (GIUSTI TAVARES, 1997), obscurece o fato de que a lógica da competição para os cargos executivos incentivava uma dinâmica bipolar.

Ou seja, bipartidarismo e bipolaridade são coisas diferentes, de modo que pode haver bipolaridade com multipartidarismo. Consideramos que parece mais plausível cogitar que, no caso rio-grandense, era justamente isso o que ocorria: coexistência de pluripartidarismo, favorecido pela representação proporcional para o Legislativo, com bipolarização ampliada na competição para o Executivo. Essa conjunção comporta, inclusive, uma terceira força com menor peso eleitoral, assim como a rotatividade, seja no poder ou nas siglas que ocupam as posições na dinâmica bipolar das disputas eleitorais. Portanto, classificar o sistema partidário do estado daquele período somente pelo critério de contagem simplifica demasiadamente o quadro político real da competição e da interação dos partidos.

Não obstante, a literatura consolidada ateu-se de modo quase exclusivo ao critério contabilista e procurou associar o número de partidos às clivagens sociais das elites políticas locais. Com base nisso, investiram na defesa da tese de que a disputa bipolar dos grupos políticos manifestou-se, sempre, como uma competição bipartidária sob legendas que foram surgindo de acordo com as conveniências e contingências de mudanças de regime. Seguindo esse raciocínio, em sua perspec-

tiva, o golpe de Estado de 1964 não interromperá nenhuma experiência multipartidária efetiva no Rio Grande do Sul, mas sim um tipo de bipartidarismo liderando pelo PTB (TRINDADE, 1978), dando ensejo à formação de outro bipartidarismo, uma vez que o período autoritário trará uma importante inversão no padrão da disputa eleitoral. Dali para frente, o grupo anti-PTB, reunido agora sob a bandeira da ARENA, tornar-se-á amplamente predominante em comparação com o PTB no que se refere ao controle do mercado eleitoral nos municípios (TRINDADE, 1978, 1981; FERRAZ, 1981; TRINDADE; NOLL, 1991, 2004). O “bipartidarismo de fato”, estabelecido na democracia de 1946-64, teria sido então transposto de maneira automática para as novas siglas – o MDB e a ARENA.<sup>2</sup>

Iniciada a abertura democrática, os especialistas voltaram à indagação que perambulou pelos estudos eleitorais desde os anos 1960, qual seja, as condições de permanência do bipartidarismo estadual num contexto de multipartidarismo nacional e de representação proporcional. Será que, dessa vez, o retorno ao pluripartidarismo finalmente provocará a ruptura do padrão bipartidário da política rio-grandense? Até por ser parte da estratégia de transição gradual à democracia, esperava-se que a liberalização dos partidos conduzisse, como realmente ocorreu, à fragmentação da esquerda até então abrigada no MDB. PDT e PT surgiram como forças com grande potencial eleitoral no Rio Grande do Sul, ao lado do PMDB, que já estava assentado na estrutura herdada do período anterior (CÁNEPA, 2005). Esses três partidos apresentarão bons desempenhos eleitorais nos anos subsequentes, especialmente o PT, cujo crescimento se dá em grande parte pela conquista do mercado eleitoral de esquerda, em disputa com o PDT. Na capital, o PT conquista a prefeitura e se mantém nessa posição por vários anos, até que o partido começa a declinar eleitoralmente na primeira metade dos anos 2000, dando espaço para o crescimento tanto do PMDB como de outros partidos de oposição (NOLL; DIAS; KRAUSE, 2011).

Mas haveria, enfim, sinais da superação do padrão bipolar que, segundo a literatura, teria caracterizado a política partidária do estado desde a instauração da República? Antes de mais nada, há quem conteste que tenha prevalecido o bipartidarismo mesmo no período 1946-64, e que o PTB foi o partido amplamente predominante no estado (GIUSTI TAVARES, 1997). De fato, analisando-se os dados por meio de diversos indicadores e considerando-se os diferentes níveis de disputa e fórmulas eleitorais, há evidências de que, exceto em 1958, havia um pluriparti-

(2) Por isso, nas palavras de Xausa e Ferraz (1981, p. 184), “[...] Afora o especial impacto sentimental, [o bipartidarismo autoritário] seguramente não trouxe ao estado nenhuma alteração de relevância nos alinhamentos políticos já existentes. Ao contrário da maioria dos demais estados, onde Arena e MDB aglomeraram grupos artificiais ou heterogêneos, no Rio Grande do Sul, serviram apenas para confirmar e oficializar arregimentações já fixadas firmemente nas eleições de 1962, e que em 1966 foram substancialmente as mesmas, como de resto seriam sem a extinção dos partidos.”

darismo moderado, especialmente nas eleições para a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Deputados. Do mesmo modo, quando considerada a polarização entre o PTB e a aliança anti-PTB, é possível perceber realmente um maior equilíbrio em suas forças eleitorais do que o que foi afirmado pela literatura especializada.

A despeito disso, no entanto, há indicações de uma lógica bipolar moderada, não necessariamente partidária, na disputa para a governadoria do estado. A convivência de eleições proporcionais e majoritárias em disputas concomitantes favoreceu o pluripartidarismo e, ao mesmo tempo, a dinâmica mais próxima da bipolaridade na competição para o Executivo. Aparentemente, coexistiam multipartidarismo moderado em todas as disputas com competição bipolar moderada nas eleições para os cargos executivos – dizemos aparentemente porque precisamos de novas pesquisas que revisitem os dados por meio de índices matemáticos mais recentes para chegarmos a conclusões mais seguras.

Já sobre o período atual, pouco sabemos sobre essa questão numa perspectiva mais alongada. Giusti Tavares (1997) fez um estudo que trouxe dados até 1994, mostrando que havia no estado um “pluripartidarismo represado” pelo regime autoritário. Com a abertura política e a transição para a democracia, surgiram novos partidos à esquerda e à direita do espectro ideológico, além de novos partidos ao centro em decorrência de cisões ocorridas no PMDB e no PDS. Isso levou ao aumento da fragmentação eleitoral no Rio Grande do Sul, resultando na formação de um sistema multipartidário.

Atualizando os dados sobre o número efetivo de partidos no estado e comparando-os com o mesmo tipo de informação para o país como um todo, percebemos que realmente prevalece o multipartidarismo nas eleições legislativas, inclusive para o Senado, que segue a regra majoritária, mas que tem duas vagas em disputa em intervalos regulares. Como pode ser observado na Tabela 1, o número efetivo de partidos para a Câmara dos Deputados nas eleições rio-grandenses é muito próximo da média nacional. O aumento ocorrido desde 2002 em todo o país foi acompanhado muito de perto pelo incremento da fragmentação no estado. O mesmo ocorreu no caso das Assembleias Legislativas, com a diferença de que o aumento da fragmentação nacional na última disputa foi um pouco maior do que o padrão anterior, mas nada muito discrepante. Em relação ao Senado, a similaridade se mantém extremamente próxima, inclusive nas ligeiras variações para mais e menos, dependendo da quantidade de vagas em disputa em cada eleição.

Tabela 1. Série Histórica do Número Efetivo de Partidos Eleitorais no RS e no Brasil nas Disputas para o Legislativo [1990-2010]

	1990	1994	1998	2002	2006	2010
<b>CAMARA DOS DEPUTADOS</b>						
Rio Grande do Sul	5.3	5.8	5.9	6.9	8.5	7.9
Média Nacional	5.7	5.5	5,9	7	8	8.5
Diferença	- 0.4	0.3	0	- 0.1	0.5	- 0.6
<b>ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS</b>						
Rio Grande do Sul	6.3	6	6.3	7.5	8.3	7.6
Média Nacional	7	6.9	7.5	9.5	9.5	11.4
Diferença	- 0.7	- 0.9	- 1.2	- 2	- 1.2	- 3.8
<b>SENADO</b>						
Rio Grande do Sul	3.1	4.6	2.5	4.1	4.1	3.8
Média Nacional	3	4.3	2.6	4.3	2.4	3.6
Diferença	0.1	0.3	- 0.1	- 0.2	1.7	0.2

Fonte: Calculado a partir dos dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2015).

Na disputa para governador, temos que levar em conta que a eleição é majoritária com a possibilidade de dois turnos, e que essa modalidade de escrutínio incentiva a concorrência de um número maior de candidatos do que a eleição por pluralidade ou maioria relativa. A magnitude das cadeiras em disputa é igual a dois [ $M = 2$ ], o que favorece a existência de três partidos com votações mais expressivas (COX, 1997). Isso quer dizer que podemos ter uma lógica bipolar na competição, com dois partidos mais competitivos, e, ao mesmo tempo, um multipartidarismo moderado em virtude da presença de pelo menos mais uma legenda com votação expressiva, embora sem muita competitividade. O mesmo se aplica à eleição presidencial que, como adendo, demanda a competição de partidos de inserção mais nacional.

Como mostra a tabela 2, as eleições majoritárias para governador no Rio Grande do Sul, desde 1990, indicam a prevalência de um multipartidarismo moderado, com a exceção de 2006, quando o número efetivo de partidos chega próximo a quatro. Considerando-se as demais eleições, esse índice mostra sempre uma competição em torno de três partidos, o que corresponde às expectativas teóricas de Cox (1997) sobre a relação entre o número efetivo de partidos e a quantidade de cargos em disputa ou a magnitude do distrito [ $M + 1$ ]. Mesmo quando considerados os partidos que obtiveram pelo menos 5% de votos, temos um quadro de reduzida fragmentação.

Em termos qualitativos, deve ser destacado que, ao longo de todo o período, o PDT foi uma força eleitoral importante, chegando a conquistar o Executivo estadual em 1990, mas deixou de ser relevante a partir de 2002. O PSDB, por sua

vez, tornou-se relevante a partir da eleição de 2006, quando conquistou o governo. Porém, o dado mais importante é a demarcada bipolaridade entre PMDB e PT – os dois partidos sempre estiveram presentes entre os principais competidores e se revezaram no Palácio do Piratini com uma elevada frequência. O PMDB venceu as eleições em 1994, 2002 e, embora não tenhamos incluído essa eleição na análise, em 2014; o PT venceu em 1998 e em 2010, no primeiro turno, algo inédito no estado até então. Essa rotatividade pendular somente foi interrompida em 2006, pela vitória eleitoral do PSDB.

No plano nacional, a partir de 1994 se estabelece uma dinâmica bipolar de competição entre PSDB e PT, com um reduzido número efetivo de partidos. O PSDB venceu duas eleições consecutivas ainda no primeiro turno; o PT, apesar de ter sempre precisado do segundo turno para conquistar a Presidência, obteve quatro vitórias consecutivas. Além da lógica bipolar da competição para o Executivo, o que os planos nacional e estadual, no caso do Rio Grande do Sul, têm em comum é a constante presença do PT como um dos principais partidos políticos nas disputas eleitorais e no governo.

Tabela 2. Resultados Eleitorais [%] e Número Efetivo de Partidos na Disputa para Governador do RS e Presidente da República

(continua)

GOVERNADOR RS			PRESIDENTE DA REPÚBLICA			
COMPETIDORES	1º TURNO	2º TURNO	COMPETIDORES	1º TURNO	2º TURNO	DIFERENÇA NEP
1990						
PDT	36.06	61.17	PRN	30.57	53.04	
PDS	33.25	38.83	PT	17.18	46.96	
PMDB	20.53		PDT	16.51		
PT	10.16		PSDB	11.51		
			PDS	8.85		
			Outros*	15.38		
NEP	3.4			5.7		2.3
1994						
PMDB	49.20	52.21	PSDB	54.27		
PT	34.73	47.79	PT	27.04		
PPR	8.76		PRONA	7.38		
PDT	5.63					
Outros*	1.68		Outros*	11.31		
NEP	2.6			2.1		0.5

Tabela 2. Resultados Eleitorais [%] e Número Efetivo de Partidos na Disputa para Governador do RS e Presidente da República

(conclusão)

GOVERNADOR RS			PRESIDENTE DA REPÚBLICA			DIFERENÇA NEP
COMPETIDORES	1º TURNO	2º TURNO	COMPETIDORES	1º TURNO	2º TURNO	
1998						
PMDB	46.39	49.22	PSDB	53.06		
PT	45.92	50.78	PT	31.71		
PDT	6.18		PPS	10.97		
Outros*	1.47		Outros*	3.72		
NEP	2.3			2.5		0.2
2002						
PMDB	41.16	52.67	PT	46.47	61.28	
PT	37.25	47.33	PSDB	23.19	38.72	
PPS	12.31		PSB	17.86		
PPB	6.23		PPS	11.97		
Outros*	2.30		Outros*	0.51		
NEP	3			3		0
2006						
PSDB	30.52	53.94	PT	48.61	60.83	
PT	25.40	46.06	PSDB	41.64	39.17	
PMDB	25.15		PSOL	6.85		
PP	6.18		Outros*	2.9		
Outros*	5.5					
NEP	3.8			2.4		
2010						
PT	54.35		PT	46.91	56.05	
PMDB	24.74		PSDB	32.61	43.95	
PSDB	18.4		PV	19.33		
Outros*	1.98		Outros*	1.15		
NEP	2,5			2.7		0.2

Fonte: TSE, 2015.

\*Outros é a somatória da votação dos demais partidos que obtiveram individualmente menos de 5% dos votos.

## ELEIÇÕES MUNICIPAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Analisaremos agora os resultados das eleições municipais para os cargos majoritários no Rio Grande do Sul. Nosso foco principal é a evolução das votações dos partidos visando ao mapeamento da fragmentação na distribuição das prefeituras. A Tabela 3 mostra que, no plano local, há maior fragmentação partidária na ocupação das prefeituras.

Temos oito partidos no controle de algo em torno de dez prefeituras durante todo o período – seis que controlam pelo menos quinze, cinco que controlam pelo menos trinta e três que controlam pelo menos setenta. PP e PMDB detêm a maior concentração desde 2000. Nos municípios, assim como na disputa estadual, encontramos uma forte presença do PT, PMDB, PDT e PSDB; porém, ao contrário do que ocorre nas disputas para a governadoria, o PDT continua importante durante todo o tempo, e o PP aparece como a maior força partidária do interior na competição pelas prefeituras. O PMDB, como a segunda maior detentora de executivos municipais, mostra que é o partido que melhor consegue articular os dois níveis de disputa, o local e o estadual.

Tabela 3. Distribuição Absoluta das Prefeituras por Partido (2000-2012)

	2000	2004	2008	2012
PP	174	134	148	134
PMDB	139	137	144	133
PDT	78	97	65	70
PT	35	43	64	72
PTB	31	31	32	28
PSDB	15	17	19	21
DEM/PFL	15	18	13	9
PSB	7	9	12	18
PPS	0	5	4	5
PHS	0	2	1	1
PSD				3
PPL				1
PV	0	0	0	1
PSC	0	0	0	1
PL	3	3	0	
Total	497	496	502	497

Fonte: TSE, 2015.

Se considerarmos que no final dos anos 1990 as prefeituras eram controladas, em sua imensa maioria, por oito partidos, desde os anos 2000 houve um incremento considerável da fragmentação, pois também aumentou o número de pequenos e médios partidos que conquistaram prefeituras a partir de 2004. Ocorreu ainda outro movimento que deve ser destacado, qual seja, o PT conseguiu conquistar um número de prefeituras que, ao final do período analisado, superou o PDT, que veio perdendo espaço na esfera local.

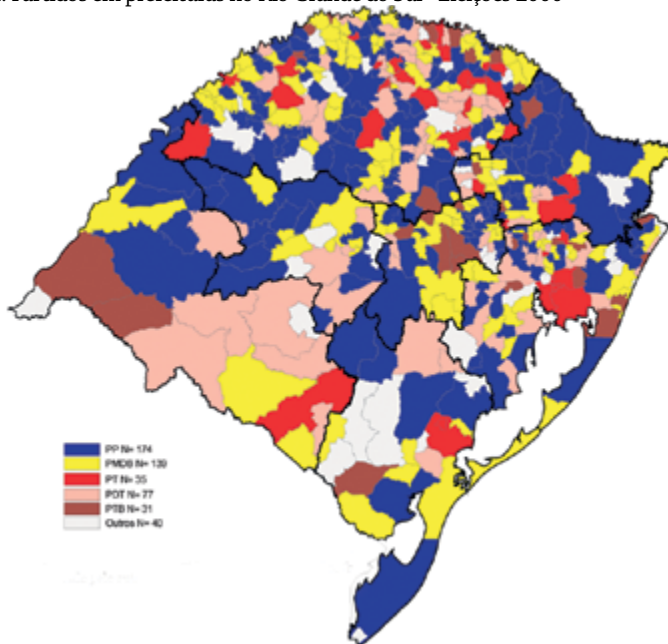
Os mapas a seguir mostram a evolução da distribuição espacial das prefeituras conquistadas pelos partidos no Rio Grande do Sul. Note-se que, na eleição de 2004, o Partido Progressista conquistou uma maioria de municípios nas regiões noroeste – com mais frequência – e norte do estado. Nas regiões sudeste e sudoeste, o partido conquistou municípios com maior número de habitantes. Nesse mesmo ano, o PMDB se destaca na região sudoeste, onde o PP possui pouca penetração eleitoral. Na região da fronteira com Argentina e Uruguai, o PMDB não possuía prefeitos.

Em 2008, o cenário para os progressistas apresenta algumas mudanças: o PP expande o seu número de prefeituras e conquista mais espaço na região sudeste; no entanto, perde praticamente todas as prefeituras da região sudoeste e da fronteira, que já eram poucas. Na região central os progressistas mantêm, no geral, as administrações conquistadas em 2004. Nessa eleição, o PMDB eleva um pouco o seu número de prefeituras e conquista quatro executivos municipais da região sudeste. Ademais, convém observar que o partido consegue manter uma concentração de prefeitos no nordeste e parte da região central e norte do estado.

Em 2012, o PP consegue manter um padrão de vitória nas eleições municipais, ainda que tenha baixado o número em relação à anterior. Isso porque os progressistas conseguiram conquistar novas prefeituras em 2012 e dar maior capilaridade ao partido, que aparece em todas as regiões com índices semelhantes. Diferentemente, o PMDB tem reduzido seu número de prefeituras e, assim, volta a ter pouco espaço na região sudoeste, ao perder os Executivos conquistados em 2008, além de também encolher um pouco na região sudeste, onde, assim como o PP, tem pouca influência. Seu domínio consagra-se na região norte e região nordeste.

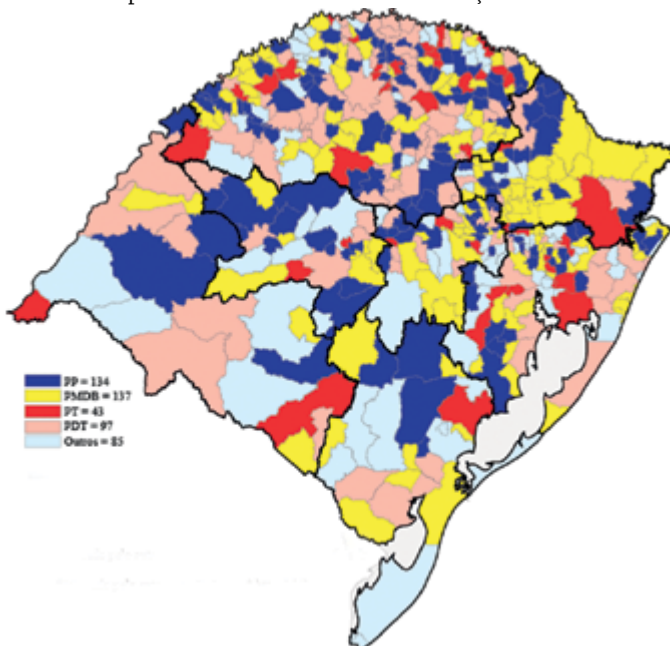


Imagem 1. Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2000



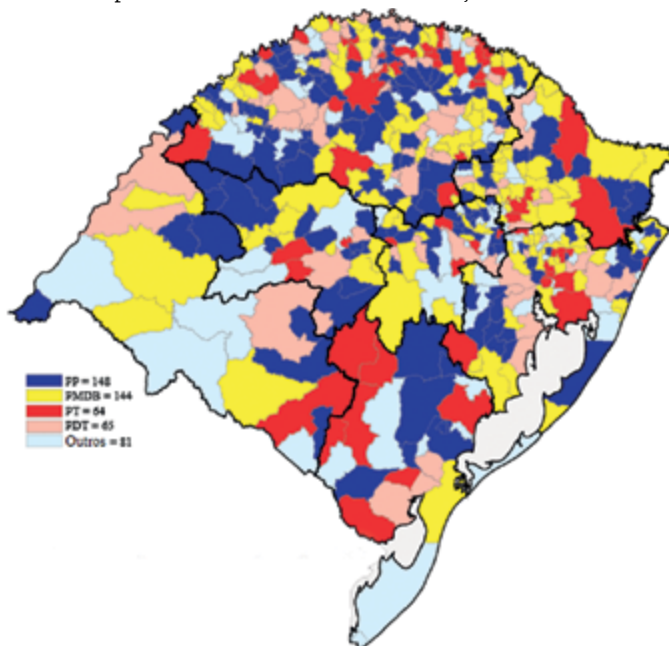
Fonte: Elaborado pelo autor com Philcarto \*<http://philcarto.free.fr>

Imagem 2. Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2004



Fonte: Elaborado pelo autor com Philcarto \*<http://philcarto.free.fr>

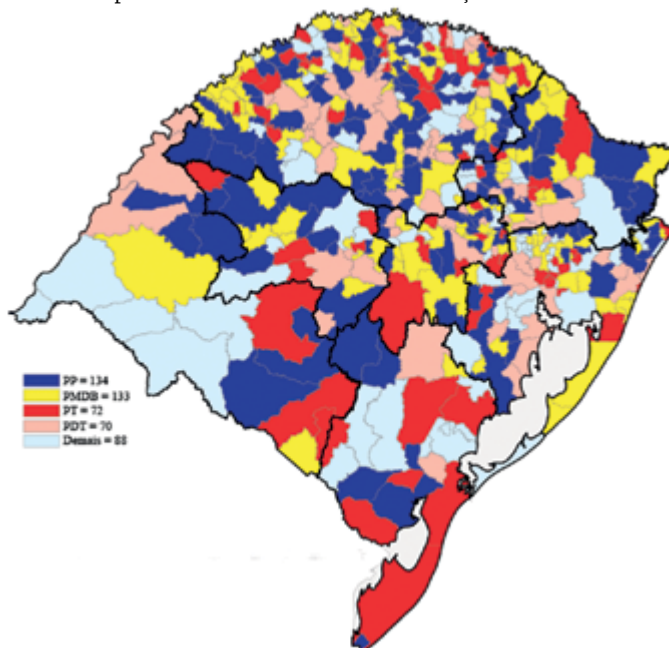
Imagem 1. Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2008



Fonte: Elaborado pelo autor com Philcarto \*<http://philcarto.free.fr>

144

Imagem 1. Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2012



Fonte: Elaborado pelo autor com Philcarto \*<http://philcarto.free.fr>

No caso do PT, houve um crescimento de cerca de 15% no número de prefeituras conquistadas. Sua evolução espacial, tendo a capital e o norte do estado como pontos de partida, mostra um processo de espalhamento por todas as regiões e cidades do interior. O partido vai se tornando, então, a principal força de esquerda no estado e consegue se interiorizar de modo similar aos demais grandes partidos, embora seja o quarto colocado no que se refere ao controle de prefeituras na última corrida eleitoral. É possível afirmar, portanto, que o PT viveu uma “marcha para o interior” (FERREIRA; RIBEIRO, 2009). Nesse sentido, uma das conquistas mais importantes do Partido dos Trabalhadores foi a prefeitura municipal de Porto Alegre no início dos anos 1990. Sua gestão, que procurou implantar alguns dispositivos de democracia direta, como o Orçamento Participativo (OP) e a popularização dos conselhos municipais, provavelmente foi um dos fatores que favoreceu a chamada “hegemonia petista” na capital. A partir dela, o partido conquistou cada vez mais prefeituras e até chegou ao governo do estado. Paradoxalmente, ao mesmo tempo, o partido perdeu sua força eleitoral na capital do estado, onde, a partir dos anos 2000, ocorre uma gradativa redução dos votos petistas.

De todo modo, o quadro geral permite-nos perceber que o pluripartidarismo é maior no plano municipal e, ainda, que a lógica bipolar de competição, claramente demarcada no nível estadual, é mais reduzida nas disputas pelas prefeituras. Essa bipolaridade, obviamente, pode se manifestar em cada um dos vários municípios, uma vez que os dados organizados dessa forma apenas dão um panorama macro dessa dinâmica competitiva. Nesse sentido, é plausível supor que dinâmica semelhante da corrida eleitoral no nível estadual se reproduz na disputa local. Contudo, como a quase totalidade dos municípios tem escrutínio majoritário de turno único para as prefeituras, teoricamente, devemos esperar uma bipolaridade mais acentuada, com reflexos diretos no número efetivo de candidatos. Com efeito, uma análise desagregada que coloque sob a lupa cada um dos municípios individualmente, provavelmente revelaria uma diversidade de partidos que protagonizam a competição bipolarizada. Portanto, assim como o sistema partidário estadual é complexo o suficiente para abrigar um multipartidarismo moderado simultaneamente a uma dinâmica bipolar de competição, os sistemas partidários municipais possuem um grau de complexidade ainda mais elevado, pois, no nível local, coexistem variados multipartidarismos e variadas competições bipolares.

## CONCLUSÃO

Conforme procuramos mostrar, há indicações de que a experiência democrática de 1945-64 no Rio Grande do Sul foi pluripartidária. Porém, há indicações

de que a competição para o Executivo era bipolar. Por que a literatura se bifurcou na defesa de posições que descartaram a coexistência do multipartidarismo com a bipolaridade? Porque não consideraram a complexidade da sobreposição das formas de escrutínio e, conseqüentemente, da necessidade de recorrer à contagem do número efetivo de partidos, além da caracterização qualitativa das forças políticas em competição num ambiente em que as alianças ou coordenações são institucionalmente incentivadas. O pluripartidarismo é uma forma de caracterização quantitativa do sistema partidário, o que significa que segue um critério de contagem. Conforme a distribuição dos votos, é possível identificar o número, inclusive de maneira fracionada, dos partidos mais competitivos e, portanto, dos “partidos que contam”, para usar uma conhecida expressão de Sartori (1976).

Considerando-se o sistema partidário por essa ótica, temos realmente evidências de que se estabeleceu naquela época um multipartidarismo moderado na disputa das cadeiras legislativas. Porém, a detecção de alguma polaridade, dual ou múltipla, deve se basear numa classificação qualitativa, que permita identificar quais partidos ou coalizões, nominalmente, predominam na competição. Visto sob esse prisma, aquele sistema partidário apresentava uma dinâmica de competição bipolar para o Executivo. Assim, a literatura consolidada não considerou os efeitos do sistema eleitoral sobre o formato quantitativo do sistema partidário e não distinguiu o bipartidarismo de bipolaridade, mas percebeu que predominava o embate entre dois grupos partidários – o PTB e os partidos que coordenaram seus esforços numa aliança anti-petebista.

No atual período democrático, o pluripartidarismo no Rio Grande do Sul tornou-se ainda mais acentuado, especialmente nas disputas proporcionais, medidas pelo número efetivo de partidos e pela distribuição proporcional dos votos. Nas disputas pelo Senado, em virtude da Magnitude Eleitoral ser igual a dois em algumas eleições, temos uma oscilação na fragmentação, mostrando uma associação entre a quantidade de cargos em disputa e o número efetivo de candidatos. Esse padrão encontrado no estado segue de perto o padrão nacional, mostrando que os efeitos institucionais das regras eleitorais são extremamente relevantes como variáveis explicativas do formato do sistema partidário, a despeito das diversidades regionais. Esse multipartidarismo mais demarcado nas disputas legislativas, não obstante, não inibiu a bipolaridade das disputas para a governadoria do estado. PT e PMDB tornaram-se os dois polos dessa competição, tendo como terceiras forças, primeiramente, PDT, e, posteriormente, o PSDB. Igualmente, no plano nacional, a bipolarização foi o traço mais distintivo das disputas presidenciais, tendo o PT e o PSDB como seus protagonistas.

Analisando o plano municipal pudemos perceber que o multipartidarismo é mais acentuado na disputa para as prefeituras do Rio Grande do Sul, sem uma clara bipolaridade no nível agregado dos dados, o que não descarta a hipótese de que em

cada cidade prevaleça diversas bipolaridades, dependendo da cidade em questão. Nos municípios, portanto, encontramos a mesma complexidade do jogo político estadual e nacional, talvez ainda mais intrincada porque cada uma delas tem suas especificidades, que são incrementadas pelo isolamento que a independência relativa das eleições locais tem em relação às demais.

Temos, portanto, indicações de que, a despeito da história política local, que confere um conteúdo próprio às disputas políticas, no Rio Grande do Sul, o desenho institucional provoca efeitos semelhantes aos observados em outras unidades da federação e nas eleições gerais. A combinação de representação proporcional com representação majoritária, de um e dois turnos, em eleições simultâneas para Legislativo e Executivo estaduais e nacionais incentivam os atores, quaisquer que sejam eles, a buscar as melhores maneiras de coordenar suas ações. Isso confere uma dinâmica bipolar de competição às governadorias e à Presidência da República, assim como às prefeituras, ao mesmo tempo em que favorece o multipartidarismo.

## REFERÊNCIAS

CÁNEPA, M. M. L. **Partidos e Representação Política: A Articulação dos Níveis Estadual e Nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

COX, G. **Making Votes Count: Strategic Coordination in the World's Electoral System**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DUVERGER, M. **Les Partis Politiques**. Paris: Armand Colin, 1951.

FAY DE AZEVEDO, A.. Balanço das Eleições de 1958 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, pp. 255-278, n. 08, 1960.

FERRAZ, F. As Eleições de 1974 e o Futuro do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: FLEISHER, D. (Org.), **Os Partidos Políticos no Brasil**, pp. 235-268. Brasília: UnB, 1981.

FERREIRA, D. e RIBEIRO, P. O Voto e a Máquina: As Trajetórias de Implantação Local do PT e (P)MDB em Perspectiva Comparada; In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.), **Eleições Municipais 2008: Uma Análise do Comportamento Eleitoral Brasileiro**, pp. 37-66. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

NOLL, M. I. O Contexto Político Revolucionário de 30 e a Unificação dos Partidos Rio-Grandenses (1928-1930). In: TRINDADE, H. (Org.), **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**, pp. 21-28. Porto Alegre: L&PM, 1980.

NOLL, M. I.; DIAS, M. R. e KRAUSE, S. O Eleitor Porto-Alegrense: Voto Retrospectivo, Identidade Partidária e Estabilidade Política. In: LAVAREDA, A.; TELLES, H. (Orgs.), **Como o Eleitor Escolhe seu Prefeito: Campanha e Voto nas Eleições Municipais**, pp. 229-262. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

PERES, P. “Revisitando a ‘Teoria Geral’ dos Partidos Políticos de Maurice Duverger”. **BIB**, n. 68, pp. 17-58, 2009.

SARTORI, G. Party and Party Systems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GIUSTI TAVARES, J. A. Rio Grande do Sul: O Sistema Partidário Eleitoral e Parlamentar. In: LIMA Jr., O. B. (Org.), **O Sistema Partidário Brasileiro**, pp. 165-209. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Resultados Eleitorais. Disponível em <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/>>. Último acesso em out/2015.

TRINDADE, H. Padrões de Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul. **Revista do IFCH/IFRGS**, v. 01, s/p, 1974.

\_\_\_\_\_. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: CARDOSO, F. H. e LAMOUNIER, B., **Os Partidos e as Eleições no Brasil**, pp. 153-204. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

\_\_\_\_\_. Confrontação Política e Decisão Eleitoral: As Eleições Municipais de 1976 em Caxias do Sul. In: REIS, F. W., **Os Partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**, pp. 154-216. São Paulo: Símbolo, 1978.

\_\_\_\_\_. **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre: LPM, 1980.

\_\_\_\_\_. Eleições e Partidos no Rio Grande do Sul: do Sistema Multipartidário à Criação do Bipartidarismo (1950-1976). In: FLEISHER, D. (Org.), **Os Partidos Políticos no Brasil – vol. II**, pp.190-235 Brasília: UnB, 1981.

TRINDADE, H.; NOLL, M. I. **Rio Grande da América do Sul: Partidos e Eleições (1823-1990)**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002**. Porto Alegre: UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

XAUSA, L.; FERRAZ, F. As Eleições de 1966 no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 23/24, pp. 229-274, 1967.

\_\_\_\_\_. O Surgimento do Bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas Eleições de 1966. In: FLEISHER, D. (Org.), **Os Partidos Políticos no Brasil – vol. II**, pp. 145-189. Brasília: UnB, 1981.